

Entre a autonomia e a dependência

A realidade do sistema de ensino superior politécnico em Portugal *

José Resende**

Maria Manuel Vieira ***

Resumo: Num recente levantamento de dados referentes ao ensino superior em Portugal, deparámos com a crescente expansão, por um lado, do número de licenciaturas e áreas científicas - nas Universidades - e, por outro, do número de cursos profissionalizantes - nos Institutos Politécnicos. Perante esta transformação morfológica, é nosso propósito apresentar uma reflexão sobre os efeitos da referida expansão no Ensino Superior Politécnico. A discussão ensaiada na comunicação desenvolve-se em torno de dois parâmetros previamente estabelecidos: por um lado, o princípio de autonomia relativa que rege a evolução interna do sistema escolar; por outro, as múltiplas tentativas de interferência realizadas por grupos sociais organizados, cujos resultados podem eventualmente proporcionar uma redefinição do significado daquele princípio.

Um dos consensos mais generalizado nos discursos científicos sobre a evolução das ciências parece ser o desenvolvimento de um sentimento comum, partilhado pelos saberes qualificados (designadamente os mais avançados), da necessidade de se criarem espaços plurais e convergentes. Encontrado o lugar comum, há que procurar o sentido do trabalho de investigação realizado por cada uma das ciências, porque o sentido das práticas científicas revela-se importante na conjugação dos esforços para o estabelecimento de uma real comunidade científica.

Comprometidos em alcançar o bem comum, os cientistas esforçam-se por ultrapassar as velhas querelas e antinomias, substituindo a luta pela "verdade dos seus interesses" por uma luta pelos "interesses da verdade", isto é, pelo progresso da ciência e da razão.

* Este artigo baseia-se numa comunicação apresentada pelos autores na "Conferência Nacional Novos Rumos para a Educação Tecnológica e Profissional", realizada no Porto nos dias 20-23 de Fevereiro de 1991.

** Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

*** Departamento de Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Ocultando as lutas simbólicas entre cientistas ocupando posições diferentes no campo científico, a perspectiva referida visa romper com a percepção sociológica que enfatiza a importância da conflitualidade nas rupturas epistemológicas e metodológicas no decurso da história da ciência (Bourdieu:1975).

Contudo, a defesa da pluralidade em consonância com a convergência na construção de mapas problemáticos comuns não impede a renúncia da preservação da identidade de cada uma das ciências.

No domínio da ciência sociológica, assiste-se a este duplo movimento. A sociologia constitui-se historicamente na defesa do seu próprio centro de interesse, sem impedir que no seu interior se desenvolvam ramos do saber sociológico especializado.

A sociologia da educação, enquanto domínio do conhecimento sociológico particular, não escapa a esta regra. A sua consagração como saber indispensável desenvolve-se em torno da defesa do princípio de autonomia relativa herdado do pensamento durkheimiano, “segundo o qual não só o sistema de ensino é irreduzível a outras instâncias sociais, mas a sua compreensão e explicação não derivam, em última análise, de variáveis exógenas” (Cherkaoui,1987:11).

A autonomia epistemológica mencionada permitiu o estabelecimento dos traços mais significativos do pensamento sociológico centrado nos fenómenos escolares. Contudo, o reconhecimento conseguido no interior da própria sociologia não foi suficiente para a sua consagração no interior das ciências da educação.

Neste domínio do conhecimento a sociologia da educação tem-se deparado com algumas dificuldades, designadamente em Portugal. No nosso país só gradualmente a sociologia da educação apareceu integrada nos currículos de determinados cursos, nomeadamente naqueles destinados a analisar as questões escolares e as relações entre a escola e outras instituições sociais (Resende, Vieira,1990).

Se o princípio de autonomia relativa do conhecimento sociológico apoiou a formação desta disciplina vocacionada para a apropriação de um saber específico, o mesmo princípio foi integrado nas análises sobre as relações entre o sistema de ensino e outras instâncias sociais.

Constituído o campo escolar enquanto espaço particular de pesquisa, o reforço no reconhecimento da capacidade explicativa do princípio referido contribuiu para que alguns sociólogos analisassem os processos escolares e as respectivas consequências, como resultantes de determinadas propriedades incorporadas no sistema de ensino (Bourdieu, et al.,1970).

No caso português, qual é o sentido (ou quais são os sentidos) do princípio da autonomia relativa do sistema escolar? Como é que ele se manifesta no interior de cada um dos níveis escolares? Estará o sistema de ensino superior politécnico mais dependente das determinações sociais exteriores ao campo escolar?

Estas são algumas das questões em torno das quais desenvolveremos a nossa reflexão. Ela constitui, porém, um primeiro levantamento de um conjunto de problemas, o princípio de uma pesquisa que se pretende continuada num futuro próximo.

1. Alegam estudos sobre a realidade complexa dos sistemas escolares nas sociedades avançadas (Grignon,1971) (Baudelot, Establet,1971) que a via de ensino profissionalizante ocupa um lugar secundário em comparação com a via liceal, e que é destinada a uma população escolar maioritariamente originária das classes populares.

A desvalorização institucional e social do ensino técnico e profissional é agravada pela natureza das suas funções sociais internas. Segundo Grignon, este tipo de ensino tende a perder o seu carácter profissional, estabelece uma hierarquização interna dos saberes transmitidos, desempenha um papel selectivo fraccionando as classes mais desfavorecidas e evita o desenvolvimento de atitudes de resistência às imposições culturais da responsabilidade da instituição escolar.

No nosso país, os estudos realizados sobre o ensino técnico, parecem chegar a resultados semelhantes (Cruzeiro, Antunes,1978; Grácio,1986). Durante o Estado Novo, a constituição do ensino técnico a partir da reforma de 1948, correspondeu a uma meritocracia mitigada em que a frequência das escolas técnicas funcionava como um meio de moderada ascensão social para certas franjas das classes populares, tudo se passando como se se tratasse aqui do máximo de concessão que o ethos dirigente podia fazer no domínio da política educativa num contexto marcado pelo ascenso da procura popular de educação'' (Grácio,1986:97).

As orientações políticas no domínio educativo no período imediatamente a seguir ao 25 de Abril, mas em especial entre 1976-83, foram realizadas com vista à tradução, em medidas inequívocas, da fidelidade governamental para com os preceitos constitucionais. A unificação do ensino secundário visou a alteração das principais funções sociais conservadoras do sistema escolar, designadamente o seu papel na preservação da ordem social desigualitária e na profunda divisão entre a cultura escolar teórica e a vida prática.

Se esta medida não se inseriu exclusivamente na lógica do princípio da igualdade das oportunidades educativas, os discursos elaborados para a defender acabaram por criar uma confusão entre os seus objectivos e os propósitos referentes ao princípio mencionado.

Uma das consequências da unificação foi o aumento da procura social de educação como retradução dos apelos democratizadores incluídos nos discursos liberais e socializantes deste período. Apelando para as potencialidades de uma escolarização mais prolongada, a unificação do secundário promoveu o desenvolvimento de aspirações sociais.

As modificações na estrutura social (Ferrão,1985) resultantes de diversos factores ocorridos neste período, trouxeram consigo o crescimento das classes médias, em especial as originárias dos centros urbanos. Sentidas em todas as classes sociais, as aspirações sociais passam a adquirir a força de uma norma nas classes médias urbanas, designadamente nas suas fracções técnica e de enquadramento (os grupos domésticos mais próximos do universo cultural da escola). O "assalto" à escola parece ser a palavra de ordem.

Imbuídas do desejo de uma escolarização cada vez mais prolongada, as famílias da classe média apostam agora decisivamente na educação. Embalados pelos incitamentos dos pais, os estudantes empenham-se afanosamente em conquistar um lugar nas Universidades. Porém, sem investir no alargamento das infraestruturas e equipamentos educativos universitários, o Estado não teve outra alternativa senão aplicar o “*numerus clausus*” para resfriar as aspirações sociais produzidas. Mesmo a gradual institucionalização da rede universitária regional não reduziu o sentimento de desencanto provocado pela medida referida (Grácio, 1986).

Contudo, o desencanto referido não apaga a crença geral sobre o papel da instituição escolar nos destinos pessoais dos seus utilizadores. A fidelidade à indispensabilidade do trajecto escolar assume proporções mais vincadas no interior das classes de enquadramento, designadamente as que vivem em meio urbano.

Tudo parece indicar que o diploma escolar universitário em Portugal confere aos seus detentores a possibilidade de se projectarem na manutenção ou no acesso a trajectórias típicas das classes médias. O discurso meritocrático oficial traduzido numa intensa competição nos últimos anos do ensino secundário, entre os estudantes que visam ocupar os lugares escassos nas universidades, reforça, em especial nas classes médias urbanas, o interesse pela posse de um título ainda socialmente valorizado.

Munidos dos recursos apropriados a percursos escolares bem sucedidos, os estudantes das classes de enquadramento assumem a passagem pela escola e o seu respectivo diploma como instrumentos de identidade, entre os seus membros, e de distinção, para com os desprovidos daquela titularidade.

A instância escolar contribui, neste caso, para incrementar a separação entre as classes de enquadramento e as classes de execução, mesmo quando proporciona aos primeiros recolher no seu interior uma relativa percentagem dos filhos das famílias operárias da indústria e da agricultura. A distinção referida tem sobretudo uma dimensão ideológica e cultural ou, se pretendermos ser mais claros, uma dimensão simbólica: “tudo se passa como se uma placa de vidro impedisse os filhos de quadros e de professores de se tornarem operários” (Bertaux, 1977:241).

Estas tendências parecem revelar-se actualmente nas dinâmicas escolares e nas suas relações com o espaço social português. Alguns destes estudos, pronunciando-se sobre a persistência da natureza selectiva do sistema universitário, encaram-na como menos restritiva, comparando os seus resultados sobre o perfil da composição social dos estudantes com outros referentes aos anos sessenta (Almeida et al, 1988; Resende, 1988; Ferreira, 1989).

As transformações morfológicas do ensino secundário começaram a tornar-se num verdadeiro problema social para as classes dirigentes. Na impossibilidade de oferecer a todos um lugar no ensino superior universitário, o governo, em 1983, resolveu tomar um conjunto de medidas tendentes e atenuar o afluxo de alunos àquele nível de ensino.

A partir daquela data assistimos ao desenvolvimento de uma nova reforma do ensino. Os responsáveis pelas políticas educativas resolveram reformular o secun-

dário unificado, reintroduzindo no nível complementar do mesmo uma via técnica e outra profissionalizante.

Esta versão revista do ensino técnico-profissional vigente no Estado Novo pretendeu dignificar o novo percurso escolar, aliciando os jovens com novos cursos destinados a uma profissionalização precoce e garantida. Por outro lado, não foi impedido o acesso ao ensino superior aos estudantes que fossem conduzidos àquela nova via, através da rede de institutos politécnicos a criar em todas as sedes de distrito no continente e nas ilhas dos Açores e da Madeira.

A redefinição dos lugares atribuídos, quer ao ensino técnico-profissional, quer ao ensino politécnico, não pressupôs a formação de uma nova via escolar. Aproveitando a rede escolar existente, os dirigentes políticos preocuparam-se em revalorizar simbólica e materialmente os cursos e respectivos diplomas. Neste sentido, a implantação dos cursos superiores de curta duração visou, por um lado, corresponder aos anseios políticos e económicos das clientelas partidárias regionais e, por outro lado, permitir que segmentos das classes médias e outros grupos sociais rurais pudessem prolongar por mais alguns anos a sua escolarização e obter um diploma mais qualificado (valorizado).

O discurso regionalista, na defesa da promoção económica e do bem-estar social das zonas afastadas dos grandes centros desenvolvidos, precisava de uma rede de escolas vocacionadas para formar os quadros qualificados indispensáveis à concretização daqueles desejos. A rede dos institutos politécnicos veio preencher esta lacuna, aparecendo como o meio adequado à articulação entre as solicitações dos agentes económicos e o esforço profissionalizante da responsabilidade da escola.

A cultura técnica parecia substituir a cultura de rosto humano e de natureza mais diletante, dominante no ensino secundário unificado e superior universitário.

A doutrina ou a ideologia subjacente às políticas educativas reformistas surgidas a partir de 83 parecem indiciar duas tendências particulares: por um lado, o comprometimento do significado integral do princípio da autonomia relativa-dependência do ensino face às solicitações exteriores de natureza económica - e, por outro, o renascimento da velha teoria do capital humano, atribuindo à escola a responsabilidade de garantir um crescimento económico sustentado - o produto escolar como força motriz para o urgente desenvolvimento regional.

A correlação pretendida entre o ensino e o desenvolvimento económico virtual determinou o aparecimento da ideologia tecnocrática, que apela à elevação dos níveis de produtividade através do crescimento do número de estudantes habilitados com diplomas qualificados, independentemente das condições particulares de cada um dos estabelecimentos de ensino superior (designadamente, no universitário). Estas pretensões estatais (governamentais) visavam aparentemente corresponder a solicitações de vária ordem, principalmente as originadas no interior das classes médias urbanas.

Apesar destas tendências, o recuo na defesa do princípio de autonomia relativa do sistema escolar parece ser apenas aparente. De facto, os responsáveis científicos dos estabelecimentos escolares têm defendido a introdução, nos currículos dos

curso oferecidos, de um conjunto de disciplinas de raiz humanista, evitando o recurso exclusivo a uma cultura de natureza técnica. Deste modo, os currículos estabelecidos parecem apostar, por um lado, na transmissão de conhecimentos técnicos concretos (mais ou menos abrangentes) e, por outro, na divulgação de outros saberes relacionados com as ciências sociais e as humanidades (Resende, Vieira, 1990), ainda que o peso relativo dos saberes diletantes seja menor do que no ensino superior universitário.

2. Qual tem sido a evolução da rede de escolas do ensino politécnico, desde a sua criação em 1977? Que comparações é possível estabelecer entre a procura social ocorrida no politécnico e na universidade desde o ano lectivo de 1982/83 até ao ano lectivo de 1987/88?

As informações recolhidas parecem indicar que o desenvolvimento actual da rede escolar politécnica tem estado dependente das decisões políticas sobre este assunto. Esta comprovação retirada dos quadros 1 e 2 refere-se ao lento arranque deste grau de ensino desde a anunciada reforma de 1983. Embora a qualidade dos dados fornecidos pelo Ministério de Educação e pelo Instituto Nacional de Estatística não ofereçam garantias porque estão muito incompletos, pareceu-nos importante assinalar as principais tendências evolutivas, quer do ensino superior universitário, quer do ensino superior politécnico (em ambos os casos considerando a rede pública e privada).

Tal como aconteceu no passado recente (a reforma de Veiga Simão), a rede do politécnico visava cobrir todo o país de escolas destinadas a produzir técnicos habilitados com uma formação teórica e uma verdadeira formação prática (Lourtie, 1989:234). Na impossibilidade de o recriar a partir do antigo ensino médio - decisão politicamente indesejável - os dirigentes políticos não tiveram outra alternativa senão integrá-lo no ensino superior.

Elevando o valor social e simbólico dos cursos e respectivos títulos académicos, que passavam a conferir o bacharelato e, em alguns casos, o grau de licenciatura, os responsáveis pelo sector educativo pretendiam desviar o trajecto escolar dos estudantes que, não conseguindo matricular-se nas universidades, aspiravam a uma escolarização mais prolongada. Simultaneamente desejavam proporcionar a abertura do ensino superior a grupos de alunos que residiam no interior do país, distantes dos principais complexos universitários.

Alargando a rede escolar do superior em todas as regiões do continente e ilhas, através das escolas politécnicas, o governo apostava, por um lado, na elevação dos níveis de instrução da população em idade escolar e, por outro, na concretização de uma política liberalizadora proporcionando a apregoada democratização deste grau de ensino. Assim, ao mesmo tempo que reduzia os desníveis das habilitações escolares regionais, acelerava as transformações na composição social estudantil deste nível de ensino.

A referida lentidão na implantação das escolas politécnicas pode ser apreciada pelo reduzido crescimento de alunos matriculados neste grau de ensino entre 1982/83 e 1986/87 (respectivamente 8822 e 13159)(Quadro 2). Pelo contrário, no

ano lectivo de 1987/88 parece notória uma forte expansão - sustentada por uma rede de escolas públicas e privadas - responsável pelo aumento do número de cursos e de lugares oferecidos aos seus potenciais clientes.

Simultaneamente, e no período de tempo considerado (1982-1987), o crescimento da procura social dos estudantes do ensino superior universitário - público e privado - parece manter-se constante. Restringido o acesso às faculdades e institutos universitários públicos pela imposição do "numerus clausus", o aumento quantitativo do número de alunos a estudar nas universidades está relacionado com o alargamento da rede privada deste grau de ensino.

Comparando a evolução das taxas de variação (T.V.) bianuais e entre o primeiro e o último ano lectivo (1982/83 e 1987/88) verificámos, por um lado, uma elevada oscilação dos seus valores numéricos (devido à má qualidade dos dados) e, por outro, a um maior crescimento relativo da rede do politécnico. Assim, por exemplo, entre 1982/83 a 1987/88, o número de alunos matriculados nas universidades aumentou 42% enquanto que o número de candidatos ao ensino politécnico cresceu 64%.

A análise destes dados quantitativos comprova o empenhamento governamental no alargamento da rede escolar, designadamente na sua expressão regional. Mas de onde vêm os alunos que se candidatam aos cursos do politécnico? Quais são os seus perfis sociológicos?

Vocacionado a ser um ensino atento às características de cada uma das regiões do país, o politécnico parece estar destinado a ser procurado por candidatos que residem nas áreas de influência de cada um dos institutos, normalmente localizados nas respectivas sedes distritais.

Por outro lado, a população estudantil do politécnico apresenta provavelmente um perfil sociológico bastante distinto dos seus colegas que se encontram matriculados nas universidades. Enquanto que no primeiro grau de ensino os estudantes são provavelmente oriundos das classes médias regionais menos possidentes (urbanas e não urbanas) e de outros grupos sociais tradicionalmente afastados da cultura escolar, no segundo caso os alunos apresentam provavelmente uma origem social também diversificada, mas com forte expressão nos círculos sociais das grandes cidades e das regiões detentoras de um maior número de recursos económicos e culturais acumulados.

Ao comprovar-se noutros estudos futuros esta distinção sociológica, não é absurdo afirmar que estamos perante duas vias (cada qual por sua vez internamente hierarquizada), que acolhem alunos de meios sociais diferentes consolidando, deste modo, o valor simbólico atribuído ao espaço universitário comparativamente ao menor crédito reconhecido ao politécnico.

Parecendo estar o ensino politécnico - sobretudo o do interior - mais dependente do mercado de trabalho regional, será de esperar que os virtuais destinos sociais dos estudantes, após a conclusão dos seus cursos, se circunscrevam aos postos de trabalho existentes nas respectivas regiões. Neste sentido, a regionalização do ensino politécnico conseguirá evitar a fuga dos quadros formados por estas escolas para outras regiões mais atractivas? Por outro lado, qual será a relação entre

o título obtido e o futuro posto de trabalho ocupado, dentro ou fora da região onde funciona a escola? Todos os diplomados encontrarão emprego e integrar-se-ão numa profissão correspondente às aspirações produzidas?

Este ensino de curta duração promoverá uma relação mais optimizada entre os investimentos realizados pelas famílias e os benefícios posteriormente recolhidos, após a inserção dos estudantes na vida activa? Se a relação referida se estabelecer, estará este grau de ensino a promover o desenvolvimento de efeitos não esperados produzindo, não só uma melhor adequação entre os diplomas e o emprego, mas também a elevação do grau de satisfação profissional dos seus utilizadores?(Boudon,1980).

Quais serão as principais funções sociais desempenhadas pelo ensino politécnico? Conhecendo a existência de uma hierarquia dos saberes superiores (e respectivos públicos), classificação relacionada com os lugares da sua própria produção, o saber transmitido no politécnico apresenta-se mais desvalorizado em virtude da sua natureza predominantemente técnico-prática. Neste sentido, poderemos afirmar com segurança que a desvalorização simbólica dos saberes e dos respectivos títulos académicos acentuará a hierarquização estabelecida na divisão social do trabalho, e com esta contribuirá para a manutenção da reprodução social e cultural?

3. Uma das expressões da autonomia relativa do sistema de ensino manifestase na existência de diferenciações internas, nomeadamente no desenvolvimento de duas redes paralelas de ensino superior politécnico com espaços de actuação e perfis de recrutamento porventura distintos: o ensino superior politécnico público e privado. Com efeito, ao contrário do que se passa relativamente ao ensino superior universitário (Resende,Vieira,1990), não se verifica, no caso do politécnico, um claro mimetismo do ensino privado relativamente às ofertas do ensino público.

As diferenças observadas entre um e outro sector registam-se, aliás, a vários níveis:

a) *Distribuição espacial* : Um contraste que sobressai de imediato é a quase exclusiva concentração espacial (89,7% do total dos cursos oferecidos)da rede privada do politécnico nos dois maiores pólos urbanos do litoral norte e do litoral centro/sul, por oposição a uma maior distribuição regional das ofertas do politécnico público, com uma diminuição do valor da concentração atrás obtida para 39,5% (Quadro 4). Pode-se de facto afirmar que fora do grande Porto ou da grande Lisboa, o politécnico privado praticamente não existe, porventura dada a ausência de potenciais candidatos que, quer em número, quer em capacidade económica, possam corresponder aos padrões de rentabilidade exigidos por este tipo de ensino.

O politécnico público, pelo contrário, decorrente de uma clara intervenção de política educativa “como tecnologia social” (Grácio,1986), já que resulta de uma prioridade explícita de alargamento da oferta do ensino superior através de uma maior diversificação regional (Braga,Grilo,1981), apresenta uma rede nacional de estabelecimentos de ensino cobrindo todas as capitais de distrito (à excepção de Braga, Aveiro e Évora, onde funcionam universidades que o substituem).

b) *Áreas do saber oferecidas*: O ensino superior politécnico parece revelar, nas suas versões pública e privada, uma certa independência mútua no tipo de cursos oferecidos, cuja origem se pode encontrar no contexto que serviu de palco à implantação destes dois tipos de ensino.

Se, para entendermos os mecanismos que estiveram na base da recente proliferação das universidades privadas e do mimetismo que estas demonstram face às públicas, temos de fazer apelo aos constrangimentos decorrentes de uma situação de restrição de acesso a um ensino - o universitário - fortemente concorrido, assim também a compreensão da aparente complementaridade de cursos que o politécnico público e o politécnico privado oferecem tem de levar em conta os condicionalismos associados ao surgimento deste tipo de ensino.

O actual ensino politécnico, nas suas versões pública e privada é, como vimos, herdeiro do antigo ensino médio existente até 1974 e avulsamente constituído, quer pelos antigos Institutos Comerciais e Industriais, Escolas do Magistério Primário e Escolas de Regentes Agrícolas, quer por um conjunto de instituições privadas que, sobretudo desde o final da década de 50, tinham surgido com novas propostas educativas inexistentes na rede pública.

Num contexto de ausência de restrições formais de acesso ao ensino, o surgimento de institutos e escolas privadas parece revelar, pelo menos até meados dos anos 70, uma aposta aparentemente lucrativa nas lacunas ou disfunções da rede pública de ensino médio, ou seja, em certas áreas profissionais técnicas que o processo de urbanização e terciarização desencadeado nos pólos mais modernos do país (Nunes, 1964) parecia abrir. As áreas contempladas tinham essencialmente a ver com o ensino pré-primário (é o caso das escolas João de Deus e de Maria Ulrich (1959) (Vieira, 1988: 139)), as artes decorativas (nomeadamente a Escola de Artes Decorativas, fundada em 1953 em Lisboa (Baptista, 1988)), secretariado e turismo (particularmente o I.S.L.A. (1962) e o I.N.P. (1964)).

A reconversão do ensino médio em ensino superior de curta duração (1977) e, posteriormente, em ensino superior politécnico (1979) (Lourtie, 1989) realizada, quer por contingências de pressões sociais e lutas desenvolvidas no interior do campo escolar no pós-25 de Abril, com vista a uma equiparação simbólica deste ensino com o prestigiado ensino universitário, quer por corresponder a uma explícita estratégia política de expansão regional do ensino superior à custa de um ensino médio reestruturado, não vem alterar substancialmente a matriz dos saberes anteriormente oferecidos pela rede pública e pelas escolas privadas.

Com efeito, o politécnico privado continua hoje a apresentar uma oferta relativamente diversificada em áreas profissionais quase exclusivamente associadas ao sector terciário - nomeadamente cursos de gestão, educação, artísticos, hotelaria/turismo e secretariado (Quadro 5) - com elevada probabilidade de emprego, assegurada pelas maiores oportunidades oferecidas por um mercado de trabalho diversificado, como o é aquele onde se encontra instalado maioritariamente este ensino.

Desta forma, quer pela abundância de potenciais candidatos com recursos económicos suficientes, quer pelas perspectivas de saídas profissionais locais, quer

pela relativa inexistência de ofertas concorrenciais por parte do ensino público quer ainda pelo diminuto investimento em equipamentos e infraestruturas que os cursos propostos exigem, pode-se afirmar que o politécnico privado goza, na sua generalidade, de uma elevada rentabilidade a vários níveis.

O ensino politécnico público, por sua vez, apresenta hoje basicamente a mesma estrutura que possuía no passado: áreas do ensino, da engenharia, de tecnologia agrícola e de finanças, contabilidade e administração (Quadro 5). Contudo, parece ter-se especializado na tarefa de “reprodução simples” do sistema de ensino, dado o elevado peso que os cursos de formação de professores detêm no conjunto dos cursos disponíveis (40,8% do total). À data da recolha dos dados (ano lectivo de 1989/90), certos institutos politécnicos como os de Portalegre, Viana do Castelo, Vila Real e Madeira existiam exclusivamente graças ao funcionamento das suas Escolas Superiores de Educação. Esta excessiva concentração na reprodução simples do sistema parece aliás contrariar os objectivos políticos inicialmente atribuídos a este nível de ensino, ou seja, a “formação de técnicos qualificados de nível superior intermédio” com vista a “satisfazer necessidades prementes em vários sectores sócio-económicos (D.L.427-B/77 citado por Lourtie, ob. cit.:233).

É curioso notar, numa aproximação mais cuidada aos cursos propostos (Quadro 6), que se o politécnico público foi recentemente alvo de uma indubitável extensão quantitativa da sua rede a todo o espaço nacional, tal não significa uma real igualização regional das áreas oferecidas. À excepção da formação de professores, às zonas periféricas levam-se cursos que reproduzem globalmente as características económicas tradicionais da região - agricultura no interior, tecnologia industrial e gestão nos pólos urbanizados do litoral e no “enclave” industrial da Covilhã/Guarda, ao passo que nas duas zonas escolarmente mais privilegiadas do país (Lisboa/Porto) concentram-se, para além das tecnologias, as formações mais “descomprometidas”, associadas a um certo diletantismo e, por isso, simbolicamente avaliadas por potenciais candidatos de forma distinta. Estão neste caso os domínios da música, teatro, cinema, dança e publicidade.

Esta grande diversidade que se esconde sob a designação genérica de ensino superior politécnico, produto de histórias e tempos distintos de implantação, do espaço geográfico e social onde se encontra instalada cada instituição, da característica dos saberes explícitos e implícitos a que fazem apelo e às potenciais áreas profissionais a que dão acesso, das relações estabelecidas com outros níveis do sistema de ensino e da cumplicidade ou distanciação que cada instituição estabelece com as várias classes sociais ou outros agentes sociais (patronato, classe empresarial, etc.), condiciona certamente as representações que dele têm os vários actores sociais.

Deste modo, a avaliação da adequabilidade ou não de cada curso à condição social e sexual possuída ou à representação do destino virtual, construída por cada candidato, decorre certamente da composição local deste feixe complexo de factores, composição essa simultaneamente produto e produtora de hierarquias de prestígio social e de credibilidade das várias instituições inseridas no campo do superior politécnico.

4. Inspirados num conjunto de hipóteses sobre a aparente relação entre o mapa do xadrez político nacional e a configuração dos currículos dos cursos oferecidos por cada uma das universidades do país, que uma recente análise sobre o ensino superior universitário parecia ter confirmado (Resende, Vieira, 1990), decidimos estender estas reflexões ao ensino superior politécnico.

Pensávamos ir constatar, através de uma análise dos currículos dos vários cursos e da denominação das respectivas cadeiras, uma relação idêntica à encontrada para as universidades, ou seja, por um lado, uma preocupação de integração de disciplinas cuja designação fazem apelo a saberes associados a uma certa crítica social, nos cursos das universidades localizadas em regiões com tradição de votação em partidos situados à esquerda do xadrez político nacional; por outro, um currículo revelador de uma aparente maior preocupação com a eficácia técnica e a objectividade dos saberes a transmitir e um maior descomprometimento social, em universidades situadas em áreas de tradição política conotadas com partidos mais reformistas.

Este conjunto de hipóteses veio surpreendentemente a revelar-se inconsistente para o ensino superior politécnico. Neste caso, parece existir uma relativa padronização curricular em termos das disciplinas potencialmente conferindo instrumentos de crítica social, ou seja, as oriundas das áreas das ciências sociais e humanas, para cursos idênticos oferecidos em cada instituto politécnico, independentemente da área político-social onde se encontra inserido.

Pode-se legitimamente interrogar o porquê desta aparente uniformidade, quando ela não parece existir ao nível da universidade. Será que ela não constitui senão a demonstração e a confirmação de uma maior submissão do politécnico aos poderes políticos, por contraste com um ensino universitário possuidor de uma maior autonomia relativa face à ideologia dominante do momento e, por isso mesmo, dispondo de um maior poder social e simbólico que lhe garante uma maior cotação no mercado das ofertas escolares?

Será, pelo contrário, que sob a capa de uma aparente uniformização curricular e de designação disciplinar, cada instituto politécnico não esconderá conteúdos porventura distintos, mais adaptados às sensibilidades locais e às expectativas dos potenciais públicos que os frequentarão? A autonomia relativa que o sistema educativo em geral, e que o politécnico em particular, possuem, poderá, aliás, permitir que, sob currículos aparentemente padronizados, se possam operar múltiplos rearranjos e combinações através de mecanismos tão subtis como, por exemplo, conferindo ou retirando importância relativa a determinados saberes, através da passagem à anuidade, ou pelo contrário, à semestralidade de certas cadeiras?

Será que, apesar da aparente existência de alguns favoritismos políticos na escolha das comissões instaladoras das várias escolas integradas na rede do politécnico, como sugerem alguns autores (Lourtie, 1989:245), ou de jogos de poder mais ou menos encobertos entre governo central e clientelismos locais no que concerne a definição das prioridades educativas regionais (Braga, Grilo, 1981:237; Grácio, 1986:151), a articulação de pressões locais e a interpretação

autónoma dos saberes propostos, por parte dos agentes educativos (particularmente os docentes deste ensino), não poderá fazer inflectir com uma certa amplitude as coordenadas curriculares inicialmente impostas? Sabe-se a este respeito, graças aos contributos da sociologia da educação, que os saberes a transmitir nunca são neutros, sendo conseqüentemente susceptíveis de uma apropriação diferenciada e uma valorização desigual por parte dos vários actores sociais.

Com este levantamento de questões quisémos ensaiar uma primeira reflexão sociológica sobre o actual ensino superior politécnico.

Tomámos como eixo estruturante o conceito de autonomia relativa do sistema escolar. Com ele concretizámos uma abordagem a um tempo:

- relacional, porque o enquadrámos no contexto do ensino superior, no qual ele adquire o seu pleno sentido, sobretudo pela relação, ainda que assimétrica, que estabelece com o ensino superior universitário; comparativa porque, ainda que integrado no ensino superior enquanto espaço de pertença, terá de ser equacionado nos seus esforços de se assemelhar simbolicamente com o universitário tomado como ponto de referência.
- distintiva, porque não nos limitámos a considerações genéricas sobre a evolução do politécnico, mas tomámos em consideração as distinções internas - geográficas (litoral/interior), estatutárias (público/privado) - que o decompõem.
- histórica, porque a compreensão global deste fenómeno só tem sentido se enquadrado na evolução histórica do sistema de ensino, designadamente da própria história do ensino técnico-profissional em Portugal.

Quadros

Quadro 1 Alunos matriculados no ensino superior segundo tipo de ensino e os anos lectivos (dados fornecidos pelo INE)

Tipos de Ensino	Anos Lectivos					
	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
Universit.	74.675	(a)74.147	(b) 84.979	(c) 75.155	(d) 77.417	(e) 76.146
Politécnico	(f) 8.822	(g) 12.256	(h) 12.782	(i) 12.470	(j) 13.159	(l) 17.514

Fonte: Estatísticas de Educação, I.N.E.

- (a) Não foram incluídos os alunos matriculados no I.S.T., por ausência de informação estatística.
- (b) Não foram incluídos os alunos matriculados no I.S.P.A., por ausência de informação estatística.
- (c) Não foram incluídos os alunos matriculados na Univ. do Porto, por ausência de informação estatística.
- (d) Não foram incluídos os alunos matriculados nas Univ.do Algarve, Internacional,Livre,Lusíada e I.S.P.A., por ausência de informação

estatística. As informações estatísticas sobre os alunos matriculados nas Univ. Católica e do Porto estão incompletas.

- (e) Não foram incluídos os alunos matriculados nas Univ. Luís de Camões, Livre, Lusíada e I.S.P.A. As informações estatísticas sobre os alunos matriculados nas Univ. Católica, Coimbra e do Porto, estão incompletas.
- (f) Não se encontram incluídos os alunos matriculados nas Escolas Sup. de Belas-Artes de Lisboa e do Porto porque a informação estatística não figura desagregada. O mesmo acontece com o I.N.P. e o I.S.L.A. .
- (g) Não foram incluídos os alunos matriculados no I.N.P. e no I.S.L.A., por idênticos motivos.
- (h) Idem.
- (i) Idem.
- (j) Idem.
- (l) Idem. Valores incompletos, dada a ausência de informação relativa a alguns institutos públicos de ensino politécnico.

Nota: Dados referentes exclusivamente a cursos sob a alçada do Ministério da Educação.

Quadro 2: Alunos matriculados no ensino superior, segundo o tipo e os anos lectivos (dados fornecidos pelo M.E.)

Tipos de Ensino	Anos Lectivos					
	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
Universit.	(a) 68.643	(b) 71.173	(c) 74.292	(d) 76.575	(e) 94.300	(f) 97.241
Politécnico	(g) 10.851	(h) 11.751	(i) 11.917	(j) 12.044	(l) 15.368	(m) 17.868

Fonte: Estatísticas do Ministério de Educação, Direcção-Geral do Ensino Superior, Documento de Trabalho nº 20, 1988.

- (a) Inclui somente os alunos matriculados no ensino superior universitário público
- (b) Idem
- (c) Idem
- (d) Idem
- (e) Inclui todos os alunos matriculados no ensino superior universitário público e privado
- (f) Idem
- (g) Não inclui os alunos matriculados na rede privada do ensino politécnico.
- (h) Idem
- (i) Idem
- (j) Idem
- (l) Inclui todos os alunos matriculados no ensino superior politécnico, público e privado
- (m) Idem. A informação estatística dos alunos matriculados nos I.S.C.A.s encontra-se incompleta.

Nota: Dados referentes exclusivamente a cursos sob alçada do M.E.

Quadro 3: Taxa de variação da procura social dos alunos matriculados no ensino superior, segundo o tipo de ensino e os anos lectivos

Tipos de Ensino	Anos Lectivos					
	1982/83 1983/84	1983/84 1984/85	1984/85 1985/86	1985/86 1986/87	1986/87 1987/88	1982/83 1987/88
Universit.	3.69	4.38	3.07	23.1	3.12	41.66
Politécnico	8.3	1.41	1.07	27.5	16.27	64.6

Fonte: Estatísticas do Ministério de Educação, Direcção-Geral do Ensino Superior, Documento de Trabalho nº 20, 1988.

Quadro 4: Número de cursos, segundo o tipo de ensino politécnico e a sua distribuição regional

Tipo de Ensino	Regiões	Público			Privado		
		Instituições	Nº	%	Instituições	Nº	%
N	Litoral				I.S.L.A. - Gaia	4	
					Esc. Sup. Ed. Arcozelo	1	
	Viana	Inst. Pol. Viana	4		Esc. Sup. Art. Porto	7	
				Esc. Sup. Jorn. Porto	1		
O	Braga	Univ. Minho	2	20.1	Esc.Sup. Ed. S. Maria	1	49.2
					Esc. Sup. Ed. P. Frassin.	1	
	Porto	Ins. Pol. Porto	26		I.S.A.I.	4	
R					I.S.C.I.E.	11	
					I.S.A.G.	1	
					E.Sup.Artes Design	2	
T					E. Sup. Ed. Fafe	1	
	Interior						
	Vila Real	Ins. Pol. V. Real	2				
E	Bragança	Ins. Pol. Brag.	10	7.5	I.S.L.A. - Bragança	2	2.8

Tipo de Ensino		Público			Privado		
Regiões	Instituições	Nº	%	Instituições	Nº	%	
C	Litoral						
E N	Aveiro	Univ. Aveiro	3				
N O	Coimbra	Ins. Pol. Coimbra	13	15.0	Esc. Tecn. Artísticas	1 1.4	
T R	Leiria	Ins. Pol. Leiria	8				
R T	Interior						
O E	Viseu	Ins. Pol. Viseu	7				
	Guarda	Ins. Pol. Guarda	7	14.4			
	C. Branco	Ins. Pol. C. B.	9				
L	C Litoral						
				I.N.P.	3		
I				I.S. Hum. Tecn.	2		
				I.S.L.A.	3		
S				I. S. Mat. Gestão	3		
S	Lisboa	Ins. Pol. Lisboa	25		I. S. Tomás Alcaide	1	
B				I.S.P. Internac.	5	40.5	
				Esc. Sup. Ed. J. Deus	2		
O U				Esc. Sup. Ed. M. Ulrich	1		
			19.4	Ins. Sup. C. Educ.	4		
A				Ins. Sup. Tec. Avanç.	1		
	L			Esc. Sup. Artes Decor.	1		
	Setúbal	Inst. Pol. Set.	6		Esc. Sup. J. Piaget	2	
	Interior						
	Santarém	Inst. Pol. Sant.	11	6.9	I.S.L.A. Sant.	3	
				Esc. Sup. Ed. T.Novas	1	5.7	
S	Litoral						
U	Faro	Inst. Pol. Faro	9	5.6			
L	Interior						

Tipo de Ensino		Público				Privado			
Regiões		Instituições		Nº	%	Instituições		Nº	%
S	Portaleg.	Ins. Pol. Portal		4					
U	Évora	Univ. Évora		2	8.8				
L	Beja	Inst. Pol. Beja		8					
I	Madeira	Ins. Pol. Madeira		3	1.8	Ins. Sup. Adm. Línguas		2	2.8

Quadro 5: Número de cursos oferecidos pelo Ensino Politécnico, Público e Privado, por tipos de cursos e regiões

Regiões	Grande Lisboa		Grande Porto		Coimbra		Norte Mondego		Mondego - Tejo		Sul		Ilhas	
	Púb.	Pri.	Púb.	Pri.	Púb.	Pri.	Púb.	Pri.	Pub.	Pri.	Púb.	Pri.	Pub.	Pri.
Gestão	-	6	-	5	1	-	4	-	3	1	2	-	-	-
Artístico	10	2	5	8	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Secretar.	-	4	1	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Tur./Hotel	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Educação	2	6	5	4	3	-	22	1	14	1	19	-	3	-
Informáti.	-	1	1	-	-	-	1	1	1	1	-	-	-	-
Jor. Com.Soc.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenha.	10	-	9	4	5	-	4	-	2	-	-	-	-	-
Tec.Agrí.	-	1	-	-	2	-	3	-	6	-	2	-	-	-
Tec.Indu.	-	1	-	1	-	-	1	-	1	-	5	-	-	-
S.Social	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anim.Cul.	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rel.P.Int.	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marketing														
Econ.Fina	2	-	5	4	2	-	3	-	-	-	1	-	-	-
Cont.Adm														

Fonte: Dados recolhidos junto do C.I.R.E.P. do Ministério de Educação, relativos ao ano lectivo de 1989/90.

Grande Lisboa: Lisboa, Almada

Grande Porto: Porto, Gaia, Fafe, Arcozelo, Matosinhos

Coimbra: Coimbra

Norte Mondego: Bragança, Aveiro, Viseu, Guarda, Viana Castelo, V^aReal, Braga

Mondego-Tejo: Leiria, Santarém, C^o Branco, Torres Novas

Sul: Setúbal, Beja, Faro, Portalegre, Évora

Ilhas: Funchal

Quadro 6 a): Instituições e cursos do Ensino Superior Politécnico Público

Local	Instituição	Curso	Nº	
Lisboa	Inst. Sup. Cont. Administração	Auditoria	1	
		Controle Financeiro	1	
	Esc. Sup. Comunic. Social	Publ. e Marketing	1	
	Esc. Superior de Música	Canto	1	
		Clarinete	1	
		Composição	1	
		Cravo	1	
		Fagote	1	
		Flauta	1	
		Oboé	1	
		Piano	1	
		Esc. Sup. Teatro e Cinema	Teatro e cinema	1
		Esc. Sup. de Dança	Dança	1
	Inst. Sup. Engenharia	Engenharia Civil	1	
		Eng. Civil, Gestão, Exec. Obr.	1	
		Eng. de Energia e Sistemas	1	
		Eng. Electrot. e de Comun.	1	
		Eng. Elect., Autom., Elect. Ind.	1	
		Eng. Electrot. Sist. Comunica.	1	
		Eng. Máquinas	1	
		Eng. Mecânica/Frio, Cl., Vent.	1	
		Eng. Química	1	
		Eng. Química Industrial	1	
Esc. Sup. Educação	Ed. de Infância	1		
Porto	Inst. Sup. Cont. Administ.	Prof. Ens. Primário	1	
		Administração, Técnicas Adu.	1	
		Aduaneiro	1	
		Auditoria	1	
		Contabilidade e Administra.	1	
		Controle Financeiro	1	
		Línguas e Secretariado	1	
		Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	3
		Administração Escolar	1	
		Animação Comun. Ed. Adultos	1	
	Esc. Sup. de Música	Canto	1	

Local	Instituição	Curso	Nº
		Composição	1
		Flauta	1
		Piano	1
		Piano de Acompanhamento	1
	Inst. Sup. Engenharia	Eng. Civil	1
		Eng. Electrot., El. Ind. Sis. E.	1
		Eng. Electro., Sist. Energia	1
		Eng. Electrotécnica	1
		Eng. Geotécnica	1
		Eng. Mecânica	1
		Eng. Mec., Gestão de Produ.	1
		Eng. Química	1
		Eng. Química.,Gestão de Ener.	1
		Informática	1
Coimbra	Inst. Sup. Adm. e Contabil.	Auditoria	1
		Contabilidade e Administ.	1
		Controlo e Gestão	1
	Esc. Sup. Educação	Prof. Ensino Básico	2
		Ed. Infância	1
	Inst. Sup. Engenharia	Eng. Civil	1
		Eng. Electrónica	1
		Eng. Inform. de Sistemas	1
		Eng. Mecânica	1
		Eng. Química	1
	Esc. Sup. Agrária	Produção Agrícola	1
		Produção Animal	1
Bragança	Inst. Sup. Administ.	Contabilidade e Administ.	1
	Esc. Sup. Agrária	Produção Agrícola	1
		Gestão de Empresa Agrícola	1
		Melhoramentos Rurais	1
		Gestão de Recursos Florest.	1
		Produção Animal	1
	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	2
		Ed. Infância	1
		Prof. Ens. Primário	1
Setúbal	Inst. Sup. Cont. Administ.	Contabilidade e Administ.	1
	Esc. Sup. Educação	Gestão Pedagógica Educac.	1
		Ed. Infância	1
		Prof. Ens. primário	1
	Inst. Sup. Técn. Industrial	Electricidade Industrial	1
		Equipamentos Térmicos	1
Aveiro	Univ. de Aveiro	Contabilidade e Administ.	1
		Prof. Ens. Primário	1
		Ed. Infância	1

Local	Instituição	Curso	Nº
Beja	Esc. Sup. Agrária	Gestão	1
		Produção Agrícola	1
		Produção Animal	1
	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	3
		Ed. Infância	1
		Prof. Ens. Primário	1
Faro	Esc. Sup. Gestão Hot.Turismo	Gestão	1
	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	3
		Ed. Infância	1
		Prof. Ens. Básico	1
	Esc. Sup. Tecnol. e Gestão	Construção Civil	1
		Electricidade Industrial	1
Equipamentos Térmicos		1	
Viseu	Esc. Sup. Tecnologia	Gestão	1
		Electricidade Electrónica	1
	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	3
		Ed. Infância	1
Leiria	Esc. Sup. Tecnol. e Gestão	Prof. Ens. Primário	1
		Gestão Comercial e Marketing	1
		Eng. Electrón.-Manut.Indust.	1
	Esc. Sup. Educação	Eng. Mecânica-Moldes e Plas.	1
		Prof. Ens. Básico	3
		Ed. Infância	1
Santarém	Esc. Sup. Tecnol. e Gestão	Prof. Ens. Primário	1
		Gestão de Empresas	2
		Informática de Gestão	1
	Esc Sup. Educação	Construção Civil	1
		Estudos Africanos	1
		Arte, Arqueologia, Restauro	1
		Com. Educacional Multimédia	1
	Esc. Sup. Agrária	Prof. Ens. Primário	1
		Eng. Multiplicação de Plantas	1
		Produção Agrícola	1
Guarda	Esc. Sup. Tecnol. e Gestão	Produção Animal	1
		Cont.,Inf. de Gest. e Gest. Em.	1
		Ciências da Computação	1
	Esc. Sup. Educação	Eng. da Construção Civil	1
		Eng. de Manutenção Industrial	1
		Prof. Ens. Básico	1
Cº Branco	Esc. Sup. Educação	Ed. Infância	1
		Prof. Ens. Primário	1
		Prof. Ens. Básico	4
		Prof. Ens. Primário	1
		Ed. Infância	1

Local	Instituição	Curso	Nº
	Esc. Sup. Agrária	Produção Agrícola	1
		Produção Animal	1
		Produção Florestal	1
Portalegre	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	3
		Prof. Ens. Primário	1
Viana do Cast.	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	3
		Ed. Infância	1
Vª Real	Esc. Sup. Educação	Ed. Infância	1
		Prof. Ens. Primário	1
Braga	Univ. Minho	Prof. Ens. primário	1
		Ed. Infância	1
Évora	Univ. Évora	Ed. Infância	1
		Prof. Ens. Primário	1
Funchal	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	2
		Prof. Ens. Primário	1

Fonte: Dados recolhidos junto do C.I.R.E.P. do Ministério de Educação, relativos ao ano lectivo de 1989/90.

Quadro 6 b): Instituições e cursos do Ensino Superior Politécnico Privado

Local	Instituições	Curso	Nº	
Lisboa	Inst. Novas profissões	Assistentes de Administr.	1	
		Secretariado de Direcção	1	
		Superior de Turismo	1	
	Inst. Sup. Hum. Tecnologia		Biotechnologia	1
			Produção Industrial	1
	I.S.L.A.		Secretariado	1
			Téc. de Línguas e Turismo	1
			Tradutores e Intérpretes	1
	Inst. Sup. Matem. Gestão		Gestão Agrícola	1
			Gestão de Recur. Humanos	1
			Gestão de Emp. Turis. Hotel.	1
	Inst. Sup. Tomás Alcáide		Canto	1
	Inst. Sup. Pol. Internacional		Gestão Bancária	1
			Gestão Hoteleira	1
			Gestão Seguradora	1
			Secretariado Internacional	1
			Segurança Social	1
			Ed. Infância	1
	Esc. Sup. Ed. João de Deus		Prof. Ens. Básico	1
			Ed. Infância	1
Esc. Sup. Ed. Mª Ulrich		Ed. Infância	1	
Inst. Sup. C. Educativas		Ed. Infância	1	

Local	Instituições	Curso	Nº	
Porto		Prof. Ens. Básico	1	
		Animação Cultural	1	
		Educação Social	1	
		Esc. Sup. Tecn. Avançadas	Informática	1
		Esc. Sup. Artes Decorativas	Artes Decorativas	1
		Esc. Sup. Artística Porto	Animação Cultural	1
			Cine-Video	1
			Desenho	1
			Fotografia	1
			Manualidade Artística	1
			Pintura	1
			Teatro	1
		Esc. Sup. Jornalismo	Comunicação Social	1
		I.S.A.I.	Assistente de Direcção	1
			Gestão	1
			Tradutora-Intérprete	1
			Turismo	1
I.S.C.I.E.	Eng. das Construções Civas	1		
	Eng.de Manuten. Eq. Eléct.	1		
	Eng.de Manuten. Eq.Inform.	1		
	Eng.Manuten.Eq.Méd.Hosp	1		
Matosinhos		Eng.Manuten. Eq. Têxteis	1	
		Eng. Publicitária	1	
		Gestão de Produção	1	
		Gestão dos Transportes	1	
		Marketing	1	
		Relações Coop. Internac.	1	
		Relações Públicas	1	
		I.S.A.G.	Gestão	1
		Esc. Sup. Ed. Stª Maria	Ed. Infância	1
		Esc. Sup. Ed. Paula Frassin.	Ed. Infância	1
Esc. Sup. Artes Design	Artes	1		
	Design	1		
Funchal	I.S.A.L.	Org. e Gestão do Turismo	1	
Bragança	I.S.L.A.	Técnicas de Turismo	1	
	Secretariado	1		
	Informática de Gestão	1		
Santarém	I.S.L.A.	Gestão	1	
	Informática e Gestão	1		
	Secretariado	1		
Gaia	I.S.L.A	Tradutores	1	
	Secretariado	1		
	Gest.Rec.Hum. e Psic.Trab.	1		
Fafe	Esc. Sup. Educação	Ed. Infância	1	

Local	Instituições	Curso	Nº
Almada	Esc. Sup. Ed. Jean Piaget	Ed. Infância	1
		Animadores Socio-Culturais	1
Arcozelo	Esc. Sup. Ed. Jean Piaget	Ed. Infância	1
T. Novas	Esc. Sup. Educação	Prof. Ens. Básico	1
Coimbra	Esc. Tecnol. Artísticas	Tecnologias Artísticas	1

Fonte: Dados recolhidos junto do C.I.R.E.P. do Ministério de Educação, relativos ao ano lectivo de 1989/90.

Bibliografia

- ALMEIDA, J.F., COSTA, A.F., MACHADO, F.L., "Famílias, Estudantes e Universidade", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº4, p.11-44, 1988.
- BAUDELLOT, C., ESTABLET, R., *L'école capitaliste en France*, Maspero, Paris, 1977.
- BERTAUX, D., *Destinos pessoais e estrutura de classes*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.
- BOUDON, R., *Efectos Perversos y orden social*, Mexico, Premia, 1980.
- BOURDIEU, P., PASSERON, J.C., *A reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Lisboa, Vega, (s/d).
- BOURDIEU, P., "La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison", *Sociologie et Sociétés*, vol.7, nº1, p.91-117, 1975.
- BRAGA, L., GRILO, M., "Ensino superior" in *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.223-257, 1981.
- CHERKAOU, M., *Sociologia da Educação*, Lisboa, Publ. Europa- América, 1977.
- CRUZEIRO, E., ANTUNES, M.L.M., "Ensino secundário: duas populações, duas escolas", *Análise Social*, 14(55), p.443-502, 1987.
- FERRÃO, J., "Recomposição social e estruturas regionais de classes - 1970-81", *Análise Social*, 21(87-88-89), p.565-604, 1985.
- FERREIRA, V., "Universidade de Coimbra 1964-1985 - Que mudanças?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº27/28, p.222-232, 1989.
- GRÁCIO, S., *Política educativa como tecnologia social - As reformas do ensino técnico de 1948-1983*, Lisboa, Liv. Horizonte, 1986.
- GRIGNON, C., *L'ordre des choses, les fonctions sociales de l'enseignement technique*, Paris, Minuit, 1971.
- LOURTIE, P., "Perspectivas para o ensino superior politécnico", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº27/28 p.233-247, 1989.
- PEIXOTO, J., "Alguns dados sobre o ensino superior em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº27/28, p.167-188, 1989.
- RESENDE, J., Representações, estratégias e práticas sociais no campo universitário, *Actas da 1ª Conferência Internacional de Sociologia de Educação*, Faro, 5-9 Abril, 1988.
- RESENDE, J., VIEIRA, M.M., A sociologia e o ensino superior em Portugal - um levantamento e algumas interrogações. Comunicação apresentada no encontro: "O ensino da sociologia em Portugal", Associação Portuguesa de Sociologia, Abril, 1990.
- VIEIRA, M.M., *Práticas de educação feminina nas classes superiores*, Tese de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Lisboa, F.C.S.H., Univ. Nova de Lisboa, 1988.